

**06 a 08
Abril
2017**



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Tribunal volta a equilibrar contas depois de 18 meses

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) voltou a cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal depois de 18 meses. Segundo a lei, os gastos para o pagamento dos juizes e servidores não podem consumir mais que 6% da receita corrente líquida estadual.

Desde agosto de 2016, o TJ-ES não conseguia ficar dentro do limite estabelecido pela lei, mas, em fevereiro, a situação começou a mudar e o TJ registrou gastos de 5,98% com pessoal. Em março, houve nova queda e os gastos foram de 5,94% da receita estadual.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turibio, o período de austeridade deve continuar até que a situação econômica se estabilize.

“Voltar a ficar dentro do limite da lei exigiu muito sacrifício dos juizes, dos servidores, e da administração central. Mas a austeridade tem de continuar até que a economia estabilize”, comentou Turibio.

“O ideal é ficar abaixo do limite de alerta para replanejar todo o trabalho, já que diversos servidores foram exonerados nesse período”, completou o presidente da Amages.

AUMENTO

Segundo informou a presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo (Sindjud-ES), Adda Lobato, existe a expectativa de que os servidores do Judiciário recebam um aumento quando os gastos com pessoal reduzirem para 5,70% da receita corrente líquida do Estado.

“Acreditamos que quando os gastos com pessoal chegarem a 5,70% da receita, nossos servidores poderão ter aumento sem risco de ultrapassar o limite de 6% que a lei fala. Mas, até lá, é preciso continuar economizando e torcendo para a melhora da economia”, disse Adda Lobatto.

THIAGO COUTINHO - 02/08/2016





Um herói cheio de superstições

> AT2



Investimento reduz risco de apagão no Estado > 25



Acusados de liderar greve da PM já estão soltos > 16 e 17

a TRIBUNA

R\$ 2,00

ASSINE
3323-6333

VITÓRIA-ES | SÁBADO, 06 DE MAIO DE 2017 | ANO LXXVIII | Nº 25.983 | FUNDADO EM 22/09/1938 | EDIÇÃO DE 56 PÁGINAS

Aeroporto vai ter shopping com 600 empregos em lojas



Vão ser mais de 70 lojas, inclusive uma filial de um grupo francês do ramo de construção civil, decoração e jardinagem. No local deverá funcionar também uma indústria de chocolate. Já foram feitas 70% das obras e elas devem ser concluídas até o fim do ano. > 2 e 3

20 mil vagas para supletivo a distância de graça > 4 e 5



COLUNA DO ESTADÃO

Após quase ser demitido, Elau Padilha recuperou o status de homem forte do governo. > 29

Reforma prevê acordo para reduzir feriados > 21

Universitário acusado de planejar roubo de 150 armas em fórum > 18



ARMAS QUE FORAM ROUBADAS do Fórum da Serra, onde estudante de Direito de 25 anos fez entrega antes de ser preso pelo roubo

Ex-diretor da Petrobras diz que Lula era comandante e tinha conhecimento de tudo > 28

CRIME NO FÓRUM DA SERRA

ESTAGIÁRIO DE DIREITO PLANEJOU FURTO DE ARMAS

Estudante tinha passagem pela polícia por furto qualificado

RUHANI MAIA
ruhani.maia@redgazeta.com.br

A mente criminoso por trás do furto das armas do Fórum da Serra é de um estagiário. Segundo investigações da polícia, Pedro Henrique Barbosa Pinto, de 26 anos, trabalhou no local por seis meses e usou esse tempo para articular todo o crime. O armamento seria vendido ou até mesmo alugado, para traficantes do município.

Junto com o ex-estagiário, foram presas mais 13 pessoas que também participaram da ação. Outras três, estão foragidas. A maioria dos presos são traficantes que atuavam em bairros da Serra e de Cariacica. As prisões foram realizadas dias após o furto, mas os presos só foram apresentados na manhã de ontem.

De acordo a polícia, Pedro Henrique sabia onde estavam as armas e qual seria o melhor dia para furtá-las. O material - 150 armas - foi furtado em 9 de abril.

Na ocasião, dois criminosos alugaram um cerimonial que fica ao lado do fórum alegando que fariam um almoço de noivado. Os bandidos usaram o local para ter acesso à sala onde estavam guardadas as armas, fazendo um buraco na parede.

Mas o plano foi descoberto no mesmo dia pelo caseiro do cerimonial que, ao descobrir o buraco na parede, acionou os vigilantes do fórum.

Pedro Henrique foi o primeiro a ser identificado. Como a polícia percebeu que o furto havia sido feito com informações privilegiadas, foi feito um levantamento do quadro de funcionários do fórum e os policiais descobriram que o ex-estagiário tinha passagem pela polícia por furto qualificado.



Polícia Civil mostra armas que foram levadas do fórum e recuperadas com a prisão dos suspeitos do crime



Pedro Henrique trabalhou seis meses no fórum

Ele foi reconhecido pelo caseiro como um dos rapazes que tinham alugado o cerimonial, e, a partir da identificação do depósito feito para esse aluguel, a po-

lícia chegou até Djalma Meira Salvador Júnior, o Neguim, de 22 anos, um dos executores do furto.

"Descobrimos que Djalma fez o depósito em uma

casa lotérica de Porto Canoa e recuperamos 200 munições na casa dele. Vimos que o Pedro Henrique recrutou traficantes da Serra para executar o furto e depois dividiram as armas entre eles", explicou o delegado Fabiano Rosa, titular da Divisão de Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio.

Além de Djalma, outros três executaram o furto. O ex-estagiário negou o crime. "O caseiro se equivocou. Não fiz nada. Estava em casa, meu carro e vizinhos são provas. Entrei no fórum porque uma pessoa me indicou. Prefiro não falar sobre isso", declarou Pedro Henrique.

ARMAS

Das 150 armas furtadas, 113 foram recuperadas. Segundo a polícia, elas seriam vendidas ou até mesmo tro-

casadas por drogas para abastecer ainda mais o tráfico de drogas dos criminosos envolvidos. Essa relação foi identificada a partir de Djalma, que fez o depósito para o aluguel e, de acordo com a Polícia Civil, é traficante em Serra Dourada e Novo Porto Canoa, na Serra.

Diante disso, o delegado Fabiano Rosa pediu apoio à Delegacia Especializada em Tóxicos e Entorpecentes (Deten), que identificou e prendeu os outros suspeitos de participação no furto. A última prisão ocorreu no dia 18 de abril.

Apesar do objetivo ser o de abastecer o tráfico, o dinheiro da venda das armas - no mercado negro, por exemplo, cada arma custaria entre R\$ 3 mil e R\$ 15 mil - seria destinado a traficantes de outros municípios.

FOTOS: EDSON CHAGAS

Faculdade pode ter sido fachada

Pedro Henrique Barbosa Pinto trabalhou como estagiário no Fórum da Serra durante quase seis meses, atuando na 1ª Vara Criminal, e saiu em dezembro do ano passado.

Na época, ele cursava o 4º período do curso de Direito em uma faculdade particular do município.

Mas a polícia acredita que o curso era pretexto para ele conseguir ter acesso às informações do fórum e assim praticar o furto.

"Acreditamos que ele entrou na faculdade como o intuito de ser contratado pelo fórum e subtrair essas armas, até porque ele tem passagem por furto qualificado praticado em outras empresas em que trabalhou", afirmou o delegado Fabiano Rosa.

Segundo o delegado, uma das denúncias de furto contra Pedro Henrique foi feita em agosto do ano passado, período em que ele já estaria estagiando no fórum. Uma das atividades do ex-estagiário era a catalogação das armas, e foi a partir desse acesso ao local que ele conseguiu articular o crime com os demais criminosos.

RECUPERADAS

113

armas foram localizadas pela polícia. Ao todo, 150 armas foram furtadas.

CRIME NO FÓRUM DA SERRA

ESTRUTURA DA QUADRILHA

LÍDER



O ex-estagiário Pedro Henrique Barbosa Pinto, 26, idealizou e planejou o crime

OS LADRÕES QUE EXECUTARAM O ROUBO



Djalma Meira Salvador Júnior, o Neguim, 22



Djalma Silva de Abreu Júnior, o Oficina, 22



Guilherme Carvalho Soares, 21



Raí Pereira Silva, o Paranossa, 23

OS REVENDEDORES DAS ARMAS



Ronan Beloti de Oliveira, o Gordinho, 20



João Batista Júnior Goldner Alves, 25



Leonardo Braga de Souza, o Finim, 28



Josimar Jesus dos Santos, o Capitão, 27



Josmar de Araújo, o Costela, 29



Daniel dos Santos Marriel, o Machinha, 24



Eric Mariano Simões, Hortifrut, 23



Edilson Lopes da Silva, o Gás, 37



Thyago Ribeiro Lourenço, o Piriquito, 23



Adriano Motta de Souza, 28



Josiel Vicentin de Araújo, Costelinha, 25



Giovane Pinto de Souza, 27

Quadrilha com longa ficha criminal

Maioria é de traficantes, alguns com passagens também por porte ilegal de arma e furto

Além da maioria dos criminosos envolvidos no furto ser traficante de drogas, grande parte deles também tem passagem pela polícia por porte ilegal de arma de fogo e furto. O secretário da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), André Garcia, chamou a atenção para essa flexibilidade da Justiça e criticou a legislação.

“Se você analisar a ficha dos envolvidos, quase to-

CRIMES

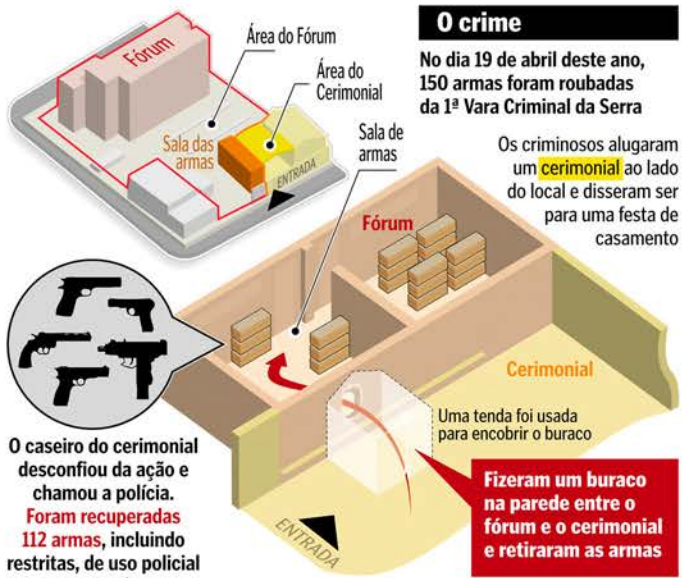


“Essas armas seriam revendidas e utilizadas contra cidadãos de bem e contra a polícia”

ANDRÉ GARCIA
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA

dos eles são traficantes. Eles já foram presos em outras ocasiões por tráfico, porte, furto qualificado, e estavam de volta às ruas praticando crimes, e crimes dessa gravidade. Precisamos rever a nossa legislação. Hoje é muito fácil responder processo em liberdade”, criticou.

Garcia ressaltou também o perigo desse armamento voltar para as ruas. “Essas pessoas iam vender essas armas para criminosos, e as armas seriam utilizadas contra cidadãos de bem e contra a polícia”, pontuou.



ATAQUE A FÓRUM DA SERRA

Universitário é capturado após roubo de 150 armas

Pedro Henrique Pinto é apontado pela polícia como mentor do crime. Outros 13 integrantes do bando foram presos e três estão foragidos

Rafael Louzada

O estudante de Direito Pedro Henrique Barbosa Pinto, 25 anos, foi preso acusado de planejar o roubo de 150 armas do Fórum Desembargador José Manoel Carvalho, na Serra, onde ele havia estagiado.

Além de Pedro Henrique, policiais da Divisão de Repressão aos Crimes Contra o Patrimônio (DRCCP) e da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (Deten), prenderam mais 13 acusados de participar da ação criminosa no último dia 9 de abril. Eles foram capturados entre os dias 11 e 27 do mesmo mês, mas só foram apresentados à imprensa ontem. Outros três acusados estão foragidos.

De acordo com o delegado Fabiano Rosa, um dos foragidos é Djalma Silva de Abreu Júnior, 29, que teria executado o roubo junto com o mentor e Djalma Meira Salvador Júnior, 22, Guilherme Carvalho Soares, 21, e Raí Pereira Silva, 23, no último dia 9 de abril.

Segundo o delegado, a investigação começou com um levantamento sobre os funcionários do fórum, no qual foi constatado que o ex-estagiário – que saiu do órgão no final do ano passado – havia sido indiciado por furto qualificado referente a um furto de bateria que teria cometido na empresa em que trabalhava anteriormente.

Diante da informação, a polícia convocou Pedro Henrique para depor. No mesmo dia, o caseiro do cerimonial – que fica ao lado do fórum e foi usado para os acusados terem acesso ao local para cometer o crime – também esteve na



FOTOS: FABIO HUMESAT

CENTO E TREZE armas roubadas do fórum foram recuperadas. O estudante de Direito Pedro Henrique negou participação no crime, mas foi reconhecido por testemunha e conduzido ao presídio



delegacia e reconheceu o jovem como sendo o responsável pelo aluguel do espaço de festas.

Dois dias depois do reconhecimento, os policiais cumpriram mandado de busca e apreensão na casa de Pedro Henrique e encontraram R\$ 6 mil na residência.

O universitário negou qualquer participação no crime e disse que o dinheiro era da loja de sua mulher.

Entretanto, o caseiro do cerimonial havia informado para a polícia que o pagamento pelo aluguel do espaço foi feito por meio de um depósito em uma lotérica em Porto Canoá, na Serra.

Os policiais foram até o local e descobriram que Djalma era o responsável pelo depósito. Ele foi preso em flagrante com 200 munições calibre 22, apontou Pedro Henrique como mentor do roubo e indicou os outros envolvidos. Os acusados estão no presídio.

Venda por até R\$ 15 mil

Foram recuperadas 113 das 150 armas roubadas e 1.013 munições do Fórum Desembargador José Manoel Carvalho, na Serra. Elas seriam usadas para capitalizar o tráfico de drogas, segundo a polícia.

De acordo com o delegado João

Paulo Pinto, da Deten, as armas roubadas eram comercializadas entre R\$ 3 mil e R\$ 15 mil. "No mercado paralelo, revólver custa R\$ 3 mil, uma pistola pode chegar a R\$ 9 mil e uma submetralhadora é vendida por R\$ 15 mil", afirmou o delegado, que foi incluído nas investigações devido ao envolvimento de traficantes de Serra Dourada e Cidade Pomar no crime.

O secretário de Estado da Segurança Pública, André Garcia, falou da importância da prisão dos envolvidos. "Esse trabalho da polícia contribuiu para a retirada de um arsenal que estava à disposição da criminalidade. Essas armas seriam utilizadas contra o cidadão e a polícia. A maioria dos acusados já foi presa outras vezes e estava de volta às ruas praticando crimes".



POLÍCIA recuperou 1.013 munições

ATUAÇÃO DA QUADRILHA

 PEDRO HENRIQUE Mentor do crime e chefe do bando	 DJALMA MEIRA Execução do furto	 DJALMA SILVA Execução do furto	 GUILHERME CARVALHO Execução do furto	 RAÍ PEREIRA SILVA Execução do furto	 RONAN BELOTTI Receptação de arma	 JOÃO BATISTA Receptação de arma	 LEONARDO BRAGA Receptação de arma	 JOSIMAR JESUS Receptação de arma	
 JOSMAR DE ARAÚJO Receptação de arma	 DANIEL DOS SANTOS Receptação de arma	 ERIC MARIANO Receptação de arma	Ele é filho de donos de material de construção e participou do crime por ser apaixonado por armas.		 EDILSON LOPES Receptação de arma	 THYAGO RIBEIRO Receptação de arma	 ADRIANO MOTTA Receptação de arma	 JOSIEL VICENTIN Receptação de arma	 GIOVANE PINTO Receptação de arma

Fonte: Polícia Civil.

Desembargador nega pedido de liberdade para Gratz

O desembargador do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) Adalto Dias Tristão negou o pedido de liberdade ao ex-presidente da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz, que está preso no complexo penitenciário de Xuri, em Vila Velha, por ter sido condenado, em 2013, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) por suposto desvio de dinheiro.

A decisão foi divulgada ontem. “Analisando os autos, não vislumbro motivos autorizados da reforma da bem lança decisão que indeferiu a liminar em sede de plantão.” Tristão se refere a uma decisão do desembargador plantonista Délio José Sobrinho, que negou pedido de liberdade a Gratz.

O TRF-2 já tinha negado outro pedido de liberdade. Na decisão, são apresentadas as alegações da defesa de Gratz para o pedido de soltura, entre as quais estão a preservação da dignidade humana “para que a prisão do regime semiaberto seja convertida para um regime menos gravoso, podendo ser uma prisão domiciliar até que a guia de execução chegue ao juízo a progressão do regime inicial e pretensa redução da pena”, que é de sete anos.

Gratz, o ex-tesoureiro de campanha do ex-governador José Ignacio, Raimundo Benedito de Sousa, o Bené, e o ex-chefe de Gabinete Rodrigo Stefenoni foram presos no dia 26 por participação em suposto desvio de R\$ 5 milhões da Fundação Augusto Ruschi.

A quantia teria abastecido a conta de Bené e teria sido distribuída a aliados na campanha eleitoral de 2000. A defesa de Gratz não atendeu às ligações ontem.



GRATZ é escoltado: condenação

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Acusados de liderar greve da PM já estão soltos

Policiais como o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti e o sargento Aurélio Robson Fonseca saíram do presídio

Francine Spinassé
Rafael Moura
Tais de Hollanda

Quatro policiais acusados de liderar e incitar a greve da PM, que durou 22 dias em fevereiro e deixou mais de 200 mortos, já estão fora da cadeia.

Foram libertados nos últimos dias do presídio do Quartel do Comando Geral (QCG), em Vitória, o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, o sargento Aurélio Robson Fonseca, o soldado Leonardo Fernandes Nascimento, e da detenção no 2º Batalhão (Nova Venécia), o capitão Evandro Guimarães Rocha, segundo o Boletim Geral da Polícia Militar (BGPM).

Foresti, que já virou réu pela participação na greve da PM por aliciar militares ao movimento, está em prisão domiciliar. O advogado Leonardo Lisboa Motta, disse que vai trabalhar para provar a inocência dele. Já os demais suspeitos receberam habeas corpus.

O sargento Robson e o capitão Evandro teriam incitado a greve pela internet, enquanto o soldado teria feito escolta a mulheres envolvidas no movimento. Outro suspeito de liderança, o soldado Maxson Luiz da Conceição já havia sido libertado pela Justiça.

STF já decidiu pela proibição

Enquanto ainda se debate possíveis punições ou anistia a policiais militares envolvidos na greve da Polícia Militar no Estado, em abril o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu os movimentos.

Por maioria de votos, o plenário do STF reafirmou entendimento no sentido de que é inconstitucional o exercício do direito de greve por parte de policiais civis e demais servidores públicos da área de segurança pública.

O Supremo também decidiu que o poder público terá a obrigação de participar de mediações criadas por entidades que representam servidores da segurança pública.

ANISTIA

Com relação à discussão na Câmara Federal sobre a anistia aos policiais militares envolvidos na greve no Estado este ano, o secretário de Estado de Direitos Humanos, Júlio Pompeu, acredita que há grandes chances desse perdão dar



SARGENTO Robson e tenente-coronel Foresti (destaque) estavam detidos em Vitória

Dentre os PMs acusados de liderança na greve, o capitão da reserva Lucínio Castelo de Assunção

segue preso no QCG. Ao todo, 13 PMs acabaram detidos por envolvimento no motim.

Defensores dos suspeitos apontam que o projeto de lei de anistia aos PMs do Estado, aprovado pela Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados, é uma saída para

que os clientes sejam inocentados. O advogado do capitão Assunção e do sargento Robson, Tadeu

Fraga, destacou que a aprovação da anistia poderia poupar os militares incriminados de batalhas judiciais ou eventuais condenações.

Já o advogado do capitão Evandro, Jodemir Silva, alegou que o cliente dele não tem ligação com a liderança do movimento partidista

e que a aprovação da anistia "não é uma vitória, mas um reconhecimento de que há movimentos si-

milares no Brasil". O comandante geral da PM no Estado, coronel Nilton Rodrigues, citou que a anistia é um desrespeito à sociedade. Se o projeto de lei for sancionado, as acusações de crimes militares e os processos que podem demitir PMs serão extintos.



SARGENTO RENATO: expectativa

margem para acontecerem paralisações semelhantes em outros estados do País.

"Acredito que isso (anistia) seja um desrespeito para com policiais militares e civis que, combatendo a criminalidade na rua, morreram e

foram feridos. É um desrespeito em relação aos 200 mortos que tivemos", disse na quinta-feira.

Com o tema anistia em palco nacional, a intenção do presidente da Associação dos Oficiais Militares do Estado (Assomes), tenente-coronel Rogério Fernandes, é retomar o assunto na próxima audiência de conciliação, no dia 18.

"Com essa decisão da Câmara, podemos retornar o assunto de anistia. Vamos pedir apoio também da Federação Nacional de Entidades de Militares Estaduais (Feneme), em Brasília".

O presidente da Associação dos Cabos e Soldados dos Policiais e Bombeiros Militar do Estado (Agem), Renato Martins, contou que acredita na aprovação da anistia em outras comissões.

"Esperamos que ele seja debatido sem pensar sobre disputa política. Se o congresso já debateu antes e foi aprovado, novamente deve ser", contou.

SARGENTO ROBSON

"A anistia iria ajudar meus colegas de trabalho"

Quarenta dias preso no Quartel do Comando Geral da PM, em Vitória, por ser acusado de incitar e ter alguma liderança na greve da PM, o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva agora está em liberdade. Ele recebeu um alvará de soltura nos últimos dias.

A TRIBUNA — Qual a sensação de estar preso, sendo o senhor um policial?

AURÉLIO ROBSON FONSECA DA SILVA — Presídio não é coisa boa para ninguém. Ter a liberdade cercada sem ter motivo causa um pouco de indignação. Lá tínhamos horários regrados. Nenhum acusado de participar das manifestações ficava na mesma cela.

> O que pensa sobre o projeto de lei de anistia?

Na minha cabeça, os militares não cometeram nenhum crime. Trabalharam normalmente. Mas essa anistia pode elevar a autoestima dos PMs que são alvos de processos. Ajudar a começar do zero.

> E a anistia também ajudaria no seu caso?

Não tenho envolvimento em nada e acredito que a Justiça vai chegar a essa conclusão. Mas a anistia iria ajudar meus colegas de trabalho. Minha situação trouxe desgaste emocional e financeiro. Eu, minha mulher e filha de 6 anos estamos fazendo tratamento psicológico. Quero voltar a atuar com garra. Tenho a PM no sangue.

“Na minha cabeça, os militares não cometeram nenhum crime. Trabalharam normalmente”

ENTENDA O CASO

Processos de demissão em aberto

Inquéritos

- > A GREVE DA PM no Estado durou 22 dias em fevereiro. Mais de 200 pessoas foram assassinadas e vários assaltos foram praticados.
- > DOS CERCA DE 10 MIL PMs da corporação, mais de 2.500 são alvos de inquéritos. Há 2.500 Inquéritos Policiais Militares (IPMs) abertos contra



SOLDADO Maxson está em liberdade

PMs que analisam supostos crimes de motim e revolta, que podem resultar em prisão de até 20 anos.

- > ESTÃO ABERTOS 60 processos de demissionários de praças com menos de 10 anos de PM. O comando não descarta a abertura de novas ações que podem causar demissões.
- > SE A ANISTIA aos PMs envolvidos for aprovada, os processos de demissão e criminais serão extintos.

Prisões

- > TREZE PMS chegaram ser presos por envolvimento com o motim.
- > ENTRE os militares suspeitos de liderar e/ou incitar o movimento, já foram libertados: tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, sargento Aurélio Robson Fonseca, soldado Maxson Luiz da Conceição, capitão Evandro Figueiredo, soldado Leonardo Fernandes Nascimento, soldado João Marcos de Aguiar e soldado Suelen Feitosa.

Mais de 5.900 presos por roubo e furto no Estado

A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) informou que atualmente 5.916 pessoas estão presas no Estado por roubo, sendo 1.674 presos provisórios e 4.242 condenados.

E a crise econômica atravessada pelo País que resultou no crescimento do número de desempregados é um fator que contribuiu para o aumento dos roubos a pessoas nas ruas do Estado entre 2015 e 2016, segundo especialistas.

O plantonista da 4ª Delegacia Regional de Cariacica, delegado Leonardo Ávila, observou o aumento dessas ocorrências durante seus plantões. “Muitas pessoas, que tinha um meio de sobrevivência, com a crise econômica perderam esse meio. Ela perde o emprego e vê uma oportunidade de fazer dinheiro com o tráfico ou com furto. Ela está desempregada e precisa sobreviver de alguma forma” analisou.

O professor do programa de Sociologia Política e Segurança Pública da UVV Pablo Rosa acredita que a crise pode contribuir para o aumento, mas não é a única causa.

“Uma boa parte desses crimes decorre de sujeitos que já tem passagens pela Justiça por esse mesmo crime”, afirmou.

Rosa argumentou que essa reincidência acontece pelo fato do ex-detento encontrar o mercado fechado ou com subempregos, além da falta de investimentos com políticas públicas.

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Votação de projeto de lei no segundo semestre

Depois da aprovação na Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados do projeto de lei que anistia PMs do Estado envolvidos na greve da corporação, em fevereiro deste ano, a expectativa é de que a matéria seja votada em plenário no segundo semestre.

Autor de um dos projetos de lei apresentados sobre o tema na Câmara, o deputado federal capixaba Carlos Mannato afirmou que não acredita que a Comissão de Constituição e Justiça – próximo passo do projeto – vá declarar a matéria inconstitucional, já que há outros vários projetos de anistia semelhantes já aprovados.

“Acredito que ainda este semestre passe pela CCJ, mas ficará para o segundo semestre uma votação no plenário, já que com as discussões sobre as reformas não deve ter espaço para isso”.

Mannato disse, ainda, que apesar da declaração do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade de greves das polícias, isso não deve interferir no parecer dos deputados da CCJ, já que o projeto é anterior à decisão.

Mesmo com a defesa do deputado Mannato, a bancada capixaba na Câmara ainda está dividida e muitos parlamentares disseram não ter definido os votos até co-

nhecer o teor do projeto. A medida, para virar lei, precisa ainda receber parecer favorável do Senado e da Presidência.

STF

O projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados prevendo a anistia de policiais que participaram de movimentos grevistas no Estado, não é o único que passou pelo Congresso. Vários outros projetos foram aprovados, mas muitas dessas leis hoje são questionadas com Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no STF.

Uma delas é uma ação ajuizada pelo Procurador Geral da República contra a lei 12.505/2011, que concede anistia aos policiais militares e bombeiros de 13 estados e do Distrito Federal que participaram de movimentos reivindicatórios por melhores salários e condições de trabalho até 2011.

A Lei 12.191/2010 é ainda questionada no STF, ajuizada por Santa Catarina. O argumento para as ADIs é a ausência de competência da União para conceder anistia a infrações administrativas cometidas por servidores estaduais.



FABIO NUNES - 10/02/2017

BLOQUEIO DAS MULHERES e familiares dos PMs em frente ao Quartel do Comando Geral, durante a greve: projeto de lei ainda vai passar por mais uma comissão

O QUE DIZEM OS DEPUTADOS



FERNANDO RIBEIRO - 20/10/2016

“Vejo com naturalidade a anistia para ações que vieram antes desta decisão (do STF)”

Sergio Vidigal, deputado federal



DIVULGAÇÃO

“Não tenho voto definido ainda, pois a situação tem implicações jurídicas que serão analisadas”

Evair de Melo, deputado federal



LEONARDO DUARTE - 06/07/2015

“Não sei se há constitucionalidade, mas, se chegar ao plenário, a tendência é eu votar a favor”

Paulo Foletto, deputado federal



ADEMIR RIBEIRO - 01/02/2015

“Acredito que o perdão seja importante, mas é preciso estudar as questões jurídicas”

Norma Ayub, deputada federal



GUSTAVO LIMA - 22/06/2016

“Várias leis anistiarão PMs. Houve erros dos dois lados, então não deviam ser punidos”

Carlos Mannato, deputado federal



ANTONIO AUGUSTO - 05/04/2016

“O tema tem que ser aprofundado. Não podemos desconhecer esforços feitos pelos estados”

Lelo Coimbra, deputado federal



“Anistia é importante para não punir policiais que se manifestaram legitimamente”

Givaldo Vieira, deputado federal



“Vou avaliar com profundidade o projeto, mas vejo como uma ingerência do Poder Legislativo”

Jorge Silva, deputado federal



“Defendo que quem exerceu o direito de reivindicar melhorias à categoria não seja punido”

Holder Salomão, deputado federal



“Reconheço as deficiências na PM, mas o STF manifestou que greves são inconstitucionais”

Marcus Vicente, deputado federal

ENVOLVIDOS NA GREVE DA PM

Quatro policiais deixam prisão

Entre os militares que foram soltos está o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti

▄ Quatro policiais militares acusados de liderar e incentivar a greve da PM, em fevereiro, deixaram a prisão. Um deles, o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti, que era chefe do Centro de Ope-

rações da PM, no Ciodes, está sob regime de menagem, termo do Código de Processo Penal Militar para designar a prisão domiciliar.

Ele estava preso no Quartel do Comando-Geral em Vitória e já é réu em um processo acusado de incitar a desobediência, a indisciplina e a prática de crime militar, além de fazer críticas

contra disciplina e a seus superiores, crimes previstos no Código Penal Militar.

A pedido da Justiça, também deixaram o Quartel o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, que teve a prisão revogada, e o soldado Leonardo Fernando Nascimento. Aurélio é suspeito de ter convocado PMs para atuarem na segurança das

mulheres que bloquearam a saída dos batalhões. Leonardo está em liberdade provisória, segundo a assessoria de imprensa da Polícia Militar. Ele seria um dos articuladores do movimento.

Já o capitão Evandro Guimarães, acusado de estimular o movimento, deixou a prisão no 2º Batalhão, em Nova Venécia.

PROCESSO POR ADIAMENTOS

O corregedor e presidente do TRT-

ES, desembargador Mario Ribeiro Cantarino Neto, mandou abrir Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra o juiz substituto da 14ª Vara do Trabalho por adiamentos, sem aviso ou justificativa, de audiências. Representação é da OAB-ES.

Hotel de Vitória é obrigado a pagar mais de R\$ 17 mil por transmitir música nos quartos

Valor corresponde a direitos autorais pelo material reproduzido nas dependências do estabelecimento. Escritório alega que hotel reproduzia as músicas sem a devida autorização

Um hotel de Vitória foi condenado a pagar R\$ 17.601,54 pelos direitos autorais das músicas transmitidas nos quartos dos hóspedes. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), que confirmou a sentença da 10ª Vara Cível de Vitória. A exigência pelo pagamento da taxa é do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD).

O estabelecimento fica na Avenida Dante Michelini, na Orla de Camburi, e explora o ramo da hotelaria desde 2013. O escritório alega que o hotel utiliza-se publicamente de obras musicais, lítero-musicais e fonogramas, através de sonorização ambiental, por meio de televisores instalados nos quartos, sem a autorização dos autores, representados pelo ECAD, violando assim a legislação autoral.

Para o relator do processo, o desembargador substituto Rodrigo Miranda, a disponibilização de aparelhos televisores e de radiodifusão sonora nos quartos do hotel para fins de exploração comercial gera a obrigação de pagamento das taxas exigidas pelo ECAD. O relator citou, em seu voto, a conclusão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no sentido de que “os quartos de hotel são considerados de frequência coletiva, ainda que privativos”.

Ainda segundo o relator, a mera contratação de empresa para a prestação de serviços de TV por assinatura, utilizado como justificativa pelo recorrente, não significa o pagamento presumido de taxas referentes aos direitos autorais decorrentes da transmissão de sons e imagens em áreas de frequência coletiva, por se tratarem, segundo o desembargador, de situações distintas.

“A rigor, somente ilidirá o pagamento da obrigação exigida pelo ECAD quando o estabelecimento hoteleiro provar a existência desse tipo contrato, firmado com empresa fornecedora de sinais de TV a cabo, apontando cláusula expressa que imputaria à prestadora dos serviços a responsabilidade pelo pagamento dos direitos autorais”, destaca o relator.

Os cálculos apresentados pelo ECAD para chegar ao valor de R\$ 17.601,54, são relativos a perdas e danos, levando-se em consideração o período de 2013 a 2014, e o número de 76 apartamentos existentes no hotel.

A reportagem do jornal online Folha Vitória entrou em contato com o Hotel Sol da Praia, mas não conseguiu localizar o responsável pelo estabelecimento.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO**Leonel Ximenes**

PM promete punição a coronel que comandou a corporação

O comando da Polícia Militar está decidindo qual punição vai aplicar ao coronel Edmilson Santos, que ontem utilizou as redes sociais para criticar o atual comando da PM e o governo do Estado. “É um crime militar. Isso [as críticas] pode ser considerado incitação ao movimento paredista”, disse à coluna uma alta fonte da corporação.

A crítica

Ontem cedo, o coronel reformado Edmilson, ex-comandante-geral da PM, postou em seu Face: “Vou nos quartéis e vejo um ambiente de insatisfação. Pessoas questionando o governo, o comando, as mudanças no nosso Quadro de Organização, a lei de promoção, etc. Porém, quando busco o Facebook e WhatsApp, difícil ver uma viva alma fazer um questionamento”.

A crítica 2

E continua o ex-comandante: “Será que é proibido questionar? Não faz parte do ambiente democrático? Ou o ambiente de terrorismo e retaliação está tão pesado assim? Será que vai acontecer igual ao que precedeu antes do movimento das mulheres?”.